



Fl. 029

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

**ATA NÚMERO 74/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 18 DE JUNHO DE 2020**

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a septuagésima quarta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a qual estava agendada para o dia doze de junho corrente, mas que foi adiada para hoje, por conveniência dos serviços.

A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra esteve presente nesta reunião por videochamada, conforme permitido nos termos do nº3 do artigo 3º da citada Lei nº 1-A/2020, de 19 de março.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número setenta e três da reunião desta Câmara Municipal de vinte e oito de maio findo, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, relativamente à deliberação proferida em reunião da Câmara Municipal de vinte e um de maio findo, sobre a isenção temporária do pagamento das tarifas dos serviços públicos essenciais (abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) devidas por titulares de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços sítios no concelho de Tarouca, informou que os serviços efetuaram o levantamento dos consumidores não domésticos abrangidos (apenas os que se encontram em funcionamento), tendo elaborado a respetiva lista, não tendo constado essa referência no respetivo teor, por lapso.

Por isso, solicitou que à deliberação proferida seja acrescentado o seguinte "(...)constantes da listagem em anexo. Não são abrangidas as entidades bancárias, CTT e entidades prestadoras de serviços de comunicações."

Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo e alterar a redação da deliberação proferida em reunião

desta Câmara Municipal de vinte e um de maio findo, nos seguintes termos: onde se lê " (...) foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, como medida de apoio no combate aos efeitos da pandemia do COVID-19, isentar do pagamento das tarifas dos serviços públicos essenciais (abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) devidas por titulares de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços ao público, sitos no concelho de Tarouca, entre 01.06.2020 e 31.08.2020." deverá ler-se: " (...) Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, como medida de apoio no combate aos efeitos da pandemia do COVID-19, isentar do pagamento das tarifas dos serviços públicos essenciais (abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) devidas por titulares de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços ao público, sitos no concelho de Tarouca, constantes da listagem em anexo, entre 01.06.2020 e 31.08.2020. Não são abrangidas as entidades bancárias, CTT e entidades prestadoras de serviços de comunicações."

De seguida, O **Senhor Presidente da Câmara** deu início ao

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista** Dias perguntou se existe alguma iniciativa do Município de apoio aos agricultores do concelho, para colmatar os prejuízos agrícolas causados pelo mau tempo da passada semana.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta, informou o seguinte:

"Na passada terça-feira, reuni com a Senhora Diretora Regional de Agricultura, em Tarouca e percorremos algumas zonas agrícolas do concelho, verificando que realmente tiveram muitos prejuízos (há casos de 80%/90% da produção).

Mais tarde, tivemos uma reunião com a Senhora Ministra da Agricultura, onde também estiveram os Senhores Presidentes de Câmara de Armamar e Moimenta da Beira, e fizemos-lhe ver o volume dos prejuízos existentes. Foi entregue um levantamento inicial da situação, elaborado com o apoio dos engenheiros da Associação de Desenvolvimento Local-Vale Varosa.

A Senhora Ministra explicou-nos que o mais importante é os agricultores protegerem as suas explorações, porque se for para ficar como está, não vale a pena o investimento.

Nesse sentido, foi designada uma comissão pela CIMDOURO, da qual faço parte, que está a fazer o levantamento. Entregámos uma ficha a cada produtor, em



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

que deve indicar os prejuízos e a seguir as medidas de prevenção.

O Senhor Engº Paulo da Associação, está a distribuir as fichas com mais dois colegas. Quem não consegue preencher pode pedir apoio às Juntas de Freguesia.

Peço aos Senhores Vereadores que informem quem lhes questionar sobre o assunto.

Nós vamos entregar um pedido com os resultados em Lisboa e não vamos parar.

Sugerimos a colocação de redes de proteção e existem umas máquinas que se chamam "canhão de granizo" que dão para 80 hectares. A rede é importante por causa do granizo e do valor.

Propusemos que o agricultor pagasse, mas com garantia do Estado, ou com financiamento a fundo perdido, porque, de outro modo, a maioria não tem meios para fazer estes investimentos.

A Senhora Ministra da Agricultura salientou a necessidade da existência de seguro, mas o seguro tem uma franquia muito elevada, que deve ser revista.

É o trabalho que temos andado a fazer."

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo,** acerca deste assunto, disse o seguinte:

"A Senhora Diretora Regional da Agricultura informou-nos que vão tentar elaborar um procedimento simplificado.

A CIMDOURO desde o início que, considerando a pandemia e a queda de granizo, pretendia disponibilizar dez milhões de euros para o apoio aos agricultores, e a Senhora Ministra disse que não, porque é matéria da competência do Ministério da Agricultura."

**O Senhor Presidente da Câmara** disse concordar com este entendimento, mas considera que se deve insistir com o Ministério, até porque a Senhora Ministra se mostrou muito disponível para ajudar. Disse ainda que as Câmaras Municipais não podem parar, porque o percurso está a iniciar-se.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à discussão da seguinte:

**ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - Nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", como auditor externo responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, para os anos de 2020 e 2021 - proposta

**PONTO 2** - Empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca" -

autorização para assunção do compromisso plurianual, repartido pelos anos 2020 e 2021

**PONTO 3** - Utilização do saldo de gerência em 31.12.2019 na 2ª alteração modificativa ao Orçamento do ano 2020 - proposta

**PONTO 4** - 2ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2020 - Despacho

**PONTO 5** - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 08.02.2020 a 30.04.2020

**PONTO 6** - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 01.05.2020 a 08.06.2020

**PONTO 7** - Transferência de competências do Município para os órgãos de Freguesia - Dec. Lei nº 57/2019, de 30.04 - análise

**PONTO 8** - Apoios concedidos a pessoas em situação de vulnerabilidade no âmbito do COVID-19, (artigo 4º da Lei nº 6/2020 de 10.04. e alínea v) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12.09) - Período de 16.03.2020 a 12.06.2020

**PONTO 9** - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca - pedido de apoio para o Jornal "Sopé da Montanha"

**PONTO 10** - Empreitada de "Melhoria da mobilidade suave entre o Castanheiro do Ouro e o centro da Cidade de Tarouca e interface de táxis" - abertura de concurso público - proposta

**PONTO 11** - Empreitada de "Regeneração da zona ribeirinha da Ucanha - fase 2" - abertura de concurso público - proposta

**PONTO 12** - Processo de operação de loteamento com obras de urbanização, no lugar Senhor dos Matosinhos, em Cravaz - Req. Anabela Maria Assunção Martins Amorim Nascimento - proposta de decisão

**PONTO 13** - Processo nº77/2018 - Loteamento titulado pelo alvará de loteamento com obras de urbanização nº2/2019, no lugar da - Requerente: Valdemar de Carvalho Pereira

**PONTO 14** - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 15** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 16** - Proposta de regras excepcionais e temporárias de organização e funcionamento do atelier de atividades ocupacionais e orientação escolar "Crescer a Sorrir", no âmbito da pandemia da doença do COVID-19



Fl. 001  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

**PONTO 1 - NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS "BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA", COMO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 76° E 77° DA LEI N° 73/2013, DE 03.09, PARA OS ANOS DE 2020 E 2021 - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, "BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA", COMO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 76° E 77° DA LEI N° 73/2013, DE 03.09, PARA OS ANOS DE 2020 E 2021**

**PROPOSTA**

A Lei n° 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) determina a obrigatoriedade de os documentos de prestação de contas do Município serem remetidos ao órgão deliberativo para apreciação, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas, apresentado pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas (artigo 76°).

Nos termos do artigo 77° do citado diploma, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações

financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

Compete-lhe pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

A sociedade "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, é a entidade responsável pela prestação deste serviço ao Município, desde 2014, com reconhecida qualidade e rigor técnico. Neste contexto, pretende-se manter a prestação destes serviços, nos anos de 2020 e 2021, pelo valor máximo de € 15 750,00, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim,

**Proponho** a V. Excias que esta Câmara Municipal no uso da competência prevista no n° 2 do artigo 77° da Lei n° 73/2013, de 3.09, delibere propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município, nos termos dos artigos 76° e 77° da Lei n° 73/2013, de 03.09, nos anos de 2020 e 2021.

Anexo: BDO - Relatório de transparência de 2019.

Paços do Município, 08.06.2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que, de acordo com as informações recolhidas junto dos serviços

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município, nos termos dos artigos 76° e 77° da Lei n° 73/2013, de 03.09, nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA "ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA" - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REPARTIDO PELOS ANOS 2020 E 2021**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA "ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA"**

**AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REPARTIDO PELOS ANOS 2020 E 2021**



FL. 029  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

**PROPOSTA**

Em 2019, apresentámos uma candidatura aos fundos comunitários para financiamento da execução da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca", a qual foi aprovada no início do mês corrente, após o regresso ao normal funcionamento dos serviços públicos, cujo encerramento havia sido decretado por força da pandemia da doença COVID-19.

Devido a estas circunstâncias, a abertura do concurso público para adjudicação da referida empreitada, ao contrário do previsto, apenas agora será possível.

O valor do respetivo orçamento é de 549 612,74 €, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, estimando-se que a consignação da obra ocorra no mês de setembro próximo. Por isso, é necessário ajustar o montante constante do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2021.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar.

Assim,

**PROPONHO** a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar em 2020 na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca"**, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2021, que se estimam no montante máximo de 500 000 €.

Paços do Município, 08.06.2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que a candidatura foi aprovada na passada semana e, por isso, é necessário ajustar os valores previstos no Plano Plurianual de Investimentos.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse o seguinte:

"Os meus parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pelo empenho que colocou neste projeto, que está parado há ano e meio, aguardando a decisão do pedido de financiamento, mas sei bem o trabalho que deu arranjar este apoio.

O valor que gastámos em terreno será superior à contrapartida de 15% que iremos suportar.

Mais uma vez, Senhor Presidente os meus parabéns e o meu agradecimento pelo trabalho que fez nesta área."

**O Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Deixar uma palavra de apreço à pessoa do Senhor Presidente da CCDRNorte. A nossa candidatura foi a única aprovada, também devido ao seu empenho para que chegasse a bom porto.

Ele percebeu a necessidade da AAEL para Tarouca. Foram espetaculares."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar em 2020 na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca", de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2021, que se estimam no montante máximo de 500 000 €. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3 - UTILIZAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA EM 31.12.2019  
NA 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DO ANO 2020  
- PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"UTILIZAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA EM 31.12.2019 NA 2ª  
ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DO ANO 2020**

**PROPOSTA**

Nos termos do artigo 3.º-A da Lei n.º 1-A/2020, de 19.03, alterada pela Lei n.º 4-B/2020, de 06.04, " A introdução do saldo de gerência dos órgãos das autarquias locais pode ocorrer logo que a conta de gerência seja aprovada pelo órgão executivo ou seja aprovado o mapa de fluxo de caixa, nos termos do artigo 129.º do Orçamento do Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, sem prejuízo da revisão vir a ser ratificada aquando da realização da primeira reunião do órgão deliberativo".



Fl. 033  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

Considerando que a conta de gerência do ano 2019 foi aprovada pelo órgão executivo em sua reunião de 14.05.2020, incluindo o mapa dos fluxos de caixa que contempla o saldo para a gerência seguinte no montante de € 8 788, 97,

**PROPONHO** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no citado artigo 3º-A, aprovar a utilização do saldo de gerência em 31.12.2019 e a sua introdução na 2ª alteração modificativa ao Orçamento de 2020. A deliberação a proferir está sujeita a ratificação da Assembleia Municipal aquando da realização da sua primeira reunião.

Paços do Município, 03.06.2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta e, ao abrigo do disposto no artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020, de 19.03, alterada pela Lei nº 4-B/2020, de 06.04, aprovar a utilização do saldo de gerência em 31.12.2019 e a sua introdução na 2ª alteração modificativa ao Orçamento de 2020.

Foi ainda deliberado por unanimidade submeter a presente deliberação à ratificação da Assembleia Municipal na próxima reunião.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 4 - 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020 - DESPACHO**

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020**

**DESPACHO**

As autarquias locais detêm, no momento atual, um papel relevante no combate à pandemia da doença COVID-19.

Em Tarouca, as ações desenvolvidas pelo Município, articuladas com as juntas de freguesia, instituições particulares de solidariedade social, Centro de Saúde, Bombeiros Voluntários, GNR, entre outras entidades, contando com a ampla adesão da população às medidas de confinamento, contribuíram para que, felizmente, até esta data, o concelho apresente zero casos de infetados.

A resposta a tão grave desafio de saúde pública, continua a exigir a afetação dos recursos materiais adequados urgentes e, na sua maioria, imprevistos.

Em especial, verifica-se a necessidade de prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, mediante o fornecimento de refeições - com financiamento da União

Europeia- bem como a disponibilização de máscaras e outro equipamento de proteção, projetos não previstos no Orçamento e Grandes Opções do Plano.

A Lei nº 6/2020, de 10.04, alterada pela Lei nº12/2020, de 07.05, estabelece um regime excecional com vista a promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

De acordo com o artigo 7º-A, *"a despesa com equipamentos, bens e serviços associados ao combate à pandemia da doença COVID -19 incorrida pelas entidades do setor local, pode ser inscrita no respetivo orçamento através de uma alteração orçamental, aprovada pelo presidente do órgão executivo, sem prejuízo da sujeição a ratificação assim que o órgão deliberativo possa reunir"*.

Neste contexto, considerando que, para efeitos da aquisição de bens e serviços associados ao combate à pandemia da doença COVID-19, é necessário proceder à inscrição orçamental da respetiva despesa, **DECIDO**, no uso da competência prevista no artigo 7º-A da Lei nº 6/2020, de 10.04, alterada pela Lei nº12/2020, de 07.05, aprovar a seguinte alteração modificativa aos documentos previsionais de **2020**, cujos mapas se anexam:

- \* 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 200 000;

- \* 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 200 000;

- \* 2ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta inscrições/reforços no montante de € 7 000, no corrente ano;

- \* 2ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 96 000, no corrente ano.

**Outras normas legais aplicáveis:** pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL (alínea b) do nº1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 192/2015, de e 11.09) e Norma de Contabilidade Pública 26 (anexo II ao Decreto-Lei nº192/2015, de 11.09)

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental. (ver anexo)

À próxima reunião da Câmara Municipal para conhecimento.

À Assembleia Municipal para ratificação.

Paços do Município, 03.06.2020

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade submeter o presente despacho à ratificação da Assembleia Municipal na próxima reunião.



Fl. 001  
[Signature]

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 08.02.2020 A 30.04.2020**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 08.02.2020 A 30.04.2020**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 09.12.2019, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2020, junto se anexa a respetiva lista, **entre 08.02.2020 e 30.04.2020**, cujos valores totais a seguir se indicam:

Período de 08.02.2020 a 30.04.2020		
Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2020
2021	126 211,67 €	604 668,20 €
2022	22 365,79 €	22 365,79 €
2023	22 508,32 €	22 508,32 €
2024	22 652,28 €	22 652,28 €
2025	16 008,79 €	16 008,79 €
2026 e seguintes	221 205,77 €	221 205,77 €
<b>TOTAL</b>	<b>430 952,62€</b>	<b>909 409,15 €</b>

Paços do Município, 08.06.2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos, composta por oito folhas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 6 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 01.05.2020 A 08.06.2020**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 01.05.2020 A 08.06.2020**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão, datada de **09.12.2019**, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de **2020**, junto se anexa a respetiva lista, referente ao período compreendido **entre 01.05.2020 e 08.06.2020**, cujos valores totais a seguir se indicam:

Período de 01.05.2020 a 08.06.2020		
Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2020
2021	147 972,83 €	752 641,03 €
2022	0,00 €	22 365,79 €
2023	0,00 €	22 508,32 €
2024	0,00 €	22 652,28 €
2025	0,00 €	16 008,79 €
2026 e seguintes	0,00 €	221 205,77 €
<b>TOTAL</b>	<b>147 972,83 €</b>	<b>1 205 354,81 €</b>

Paços do Município, 08.06.2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos, composta por uma folha.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA OS ÓRGÃOS DE FREGUESIA – DEC. LEI N° 57/2019, DE 30.04 – ANÁLISE**

Presente o ofício circular n° 938/2020, remetido pela Direção-Geral das Autarquias Locais, referente ao



Fl. 033  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

assunto " Decreto-lei nº 57/2019- Transferência de recursos financeiros dos municípios para as freguesias- Ano 2021", no qual informa que, de acordo com o preconizado no nº5 do artigo 38º do citado diploma, os municípios devem comunicar obrigatoriamente aquela entidade as deliberações autorizadoras da transferência de recursos para as freguesias, para efeitos de inscrição no Orçamento do Estado para o ano seguinte, o que deverá ser feito até ao dia 15 de julho próximo.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse o seguinte:

"Sobre este assunto, os serviços da Divisão Administrativa e Financeira fizeram já uma breve análise e obtiveram esclarecimentos junto da DGAL.

A legislação publicada diz que os anos de 2019 e de 2020 seriam facultativos e em 2021 haveria obrigatoriedade de transferência.

Entretanto sai uma alteração a dizer que não há obrigatoriedade, só se houver acordo.

Apreciando o assunto e com esclarecimentos da DGAL, o que se passa é o seguinte:

O Município perde um conjunto de competências para as Juntas de Freguesia e o Estado entrega-lhes um valor para garantir as mesmas. Esse valor é igual ao previsto nos acordos existentes, ou seja, perdemos o dinheiro. Sou de opinião que, o Município deveria acordar com as freguesias determinadas competências, que estas passariam a garantir, mas com base no cálculo efetivo de quanto custa a limpeza das bermas, etc.. Os novos protocolos seriam reduzidos, proporcionalmente.

De acordo com a lei em vigor, os cálculos freguesia a freguesia os cálculos e as verbas ficam na DGAL que lhes passa a pagar diretamente. A seguir, teremos de fazer protocolos complementares para garantir a sua subsistência.

Eu entendo que esta solução vai criar desigualdades entre as freguesias e que deveria haver uma fórmula genérica para todo o País.

Não é de bom-senso ser a Câmara Municipal a fixar a verba a transferir.

Durante este período da pandemia do COVID-19 não estiveram reunidas as condições para discutir com as juntas de freguesia este assunto, nem para apresentar informação que fundamente uma decisão justa e equitativa.

Neste contexto, proponho que o protocolo em vigor se mantenha até ao final do mandato e que seja preparado

um dossier mais fundamentado para a Assembleia Municipal de setembro próximo.

Em face dos dados de que dispomos e das dificuldades na implementação deste processo, provavelmente iremos decidir não

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** concordou que as juntas de freguesias do concelho dependem das verbas transferidas mensalmente pelo Município, no âmbito dos acordos de execução.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, adiar para o mês de setembro próximo, a apresentação de uma proposta à Assembleia Municipal sobre o assunto "Decreto-lei n.º 57/2019- Transferência de recursos financeiros dos municípios para as freguesias- Ano 2021", em virtude de, devido à situação de pandemia do COVID-19 não ter sido possível apresentar informação que fundamente uma decisão justa e equitativa, nem para reunir com as juntas de freguesia e recolher o respetivo contributo.

Foi ainda deliberado por unanimidade comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais que:

1.º deveriam ser fixados, pelo Governo, critérios objetivos e iguais a nível nacional para fixação dos valores a transferir para cada freguesia, de modo a evitar desigualdades de tratamento;

2.º este Executivo concorda com a concretização da transferência de parte das competências para as freguesias, apenas a partir do ano 2022, mantendo-se os acordos de execução vigentes até 31.12.2021, garantindo deste modo o respetivo funcionamento nas condições previstas no início do corrente mandato autárquico e evitando o relevante impacto desta alteração na gestão de todas as entidades envolvidas. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 8 - APOIOS CONCEDIDOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO ÂMBITO DO COVID-19, (ARTIGO 4.º DA LEI N.º 6/2020 DE 10.04. E ALÍNEA V) DO N.º 1 DO ART.º 33.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12.09) - PERÍODO DE 16.03.2020 A 12.06.2020**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"Apoios concedidos a pessoas em situação de vulnerabilidade no âmbito do COVID-19, (artigo 4.º da Lei n.º 6/2020 de 10.04. e alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12.09)**

**Período de 16.03.2020 a 12.06.2020;**

**1. Plano de Contingência COVID-19;**

*a. Parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social;*



FL. 033

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

Descrição	Valor
<b>EPI'S - Equipamentos de Proteção Individual</b> (Cedência de EPI'S à GNR, Centro de Saúde, Bombeiros e IPSS'S)	10.375,05€
Alojamento de profissionais de saúde que se encontram na linha da frente no combate ao Covid-19;	5.000,02€

- Disponibilização de funcionários (6) para o Centro e Saúde de Tarouca com início em 16.03.2020;
- Disponibilização de funcionários (4) para a Santa casa da Misericórdia de Tarouca com início em 30.03.2020;
- Disponibilização de funcionários (2) para o Centro de Dia de Mondim da Beira, com início em 16/03/2020 e termino em 30.05.2020;
- Aquisição de serviço de Internet Móvel 4G (Hotspot) para os alunos das escolas do concelho (1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e secundário) que não disponham de acesso à Internet em casa, no valor estimado de 4.428,00€ - Adjudicatário: Nós Comunicações S.A..

**2.Distribuição de mascaras sociais à população;**

*b.Aquisição de bens;*

Descrição	Valor
Artigos de retrosaria para confeção das mascaras sociais;	2.519,73€

*c.Meios Humanos;*

Descrição	Valor
Meios humanos para elaboração e distribuição de mascaras sociais;	20 483,40€

*d.Máquinas e viaturas;*

Descrição	Valor
Custo de viaturas para distribuição de mascaras sociais;	1 384,24€

**3.Linha de apoio à população sénior e pessoas com mobilidade reduzida, no âmbito da epidemia causada pelo Covid-19;**

*a.Meios Humanos;*

Descrição	Valor
-----------	-------

Meios humanos, no âmbito do desenvolvimento da linha de apoio;	5 484,97€
--	--------------

*b. Máquinas e viaturas;*

Descrição	Valor
Custo de viaturas para desenvolvimento das atividades do Projeto;	394,54€

**4. Distribuição de cabazes a famílias com perda de rendimentos, devido à epidemia causada pelo Covid-19;**

*a. Aquisição de bens;*

Descrição	Valor
Aquisição de bens alimentares;	141,41€

*b. Meios Humanos;*

Descrição	Valor
Meios humanos na distribuição dos cabazes às famílias do concelho;	1. 476,22€

*c. Máquinas e viaturas;*

Descrição	Valor
Utilização de viaturas para a distribuição dos cabazes às famílias do concelho.;	394,54€

**Nota:** os valores apresentados incluem taxa de IVA legal em vigor, à exceção dos valores relacionados com meios humanos e máquinas e viaturas.

Tarouca, 15 de junho de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos, identificados e nas condições constantes da presente informação e enviar a mesma à Assembleia Municipal, para conhecimento.

**PONTO 9 – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE TAROUCA – PEDIDO DE APOIO PARA O JORNAL "SOPÉ DA MONTANHA"**

Presente um ofício datado de 5 de junho corrente, remetido pelo administrador do Jornal Sopé da Montanha, publicação mensal da Paróquia de Tarouca solicitando a atribuição de um subsídio para fazer face às diversas despesas com a respetiva publicação.



Fl. 037

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

Discutido o assunto, foi deliberado, por unanimidade, atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca um subsídio, de valor igual ao do ano anterior, no montante de mil euros, para o efeito solicitado, por ser uma publicação de interesse municipal (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

**PONTO 10 - EMPREITADA DE "MELHORIA DA MOBILIDADE SUAVE ENTRE O CASTANHEIRO DO OURO E O CENTRO DA CIDADE DE TAROUCA E INTERFACE DE TÁXIS" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE "MELHORIA DA MOBILIDADE SUAVE ENTRE O CASTANHEIRO DO OURO E O CENTRO DA CIDADE DE TAROUCA E INTERFACE DE TÁXIS."**

**ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO**

**PROPOSTA**

Considerando que:

a) O Município candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte a execução da empreitada de "Melhoria da Mobilidade Suave entre o Castanheiro do Ouro e o Centro da Cidade de Tarouca e Interface de Táxis", no âmbito do PAMUS - Mobilidade Urbana Sustentável, tendo o respetivo termo de aceitação sido assinado em 15 de maio de 2020;

b) esta empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos para 2020,

**proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09:

1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Melhoria da Mobilidade Suave entre o Castanheiro do Ouro e o Centro da Cidade de Tarouca e Interface de Táxis" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);

2º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 243.017,00.

Estes valores são estimados com base em custos médios unitários de prestações do mesmo tipo em anteriores procedimentos e bem assim como, com base em preços atualizados de mercado;

3º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 243.017,00, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do

contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);

4º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.

6º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Paços do Município, 04 de junho de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos seguintes documentos: projeto, do caderno de encargos, orçamento, programa de concurso e anúncio. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

1º aprovar a presente proposta;

2º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Melhoria da Mobilidade Suave entre o Castanheiro do Ouro e o Centro da Cidade de Tarouca e Interface de Táxis" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);

3º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 243.017,00.

Estes valores são estimados com base em custos médios unitários de prestações do mesmo tipo em anteriores procedimentos e bem assim como, com base em preços atualizados de mercado;

4º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 243.017,00, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);



Fl. 038  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

5º aprovar os respectivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

6º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.

7º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 11 - EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DA UCANHA - FASE 2" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE "REGENERAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DA UCANHA - FASE 2."**

**ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO**  
**PROPOSTA**

Considerando que:

a) O Município candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte a execução da empreitada de "Regeneração da zona Ribeirinha da Ucanha - Fase 2.", no âmbito do PARU - Reabilitação Urbana, tendo o respetivo termo de aceitação sido assinado em 27 de maio de 2020;

b) esta empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos para 2020, proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09:

1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Regeneração da zona Ribeirinha da Ucanha - Fase 2." e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto);

2° aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 130.957,96.

Estes valores são estimados com base em custos médios unitários de prestações do mesmo tipo em anteriores procedimentos e bem assim como, com base em preços atualizados de mercado;

3° abrir CONCURSO PÚBLICO para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 130.957,96, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19° do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474° do CCP: € 5.225.000,00);

4° aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5° aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.

6° delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69° do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Paços do Município, 04 de junho de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos seguintes documentos: projeto, do caderno de encargos, orçamento, programa de concurso e anúncio.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse o seguinte:

"O Executivo, no seu todo, e os nossos Serviços Técnicos têm que ter uma palavra de apreço

Porque participamos em reuniões semanais da CIMDOURO e, com alegria, percebi ontem que este Município tem todos os projetos aprovados (PARU, PAMUS, PROVERE). Infelizmente, não é este o exemplo que temos no País e na região, que apresenta 9% de execução. Tarouca regista uma taxa de 40% de execução.

Encontramo-nos acima da média, provavelmente no final do ano a nossa execução alcançará os 70%.



029  
FI  
*[Signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

As coisas aconteceram, fomos perseverantes na prossecução dos nossos objetivos.

Há muito investimento público a acontecer e espero que isso sirva para reativar a nossa economia local e assim garantimos a manutenção e criação de novos postos de trabalho.

Parabéns a todos os nossos serviços porque desenvolveram um trabalho excelente."

**O Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Para além da nossa insistência, é de referir o papel dos nossos técnicos. Quando nós queremos é de um documento, nós até nos esquecemos e se o prazo passa é um problema. Temos sido bons."

Disse ainda que já foram esgotadas todas as verbas às quais era possível apresentar candidaturas e que agora iremos entrar na fase da execução dos projetos, verificando-se que os empreiteiros estão com dificuldades em arranjar pessoal.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que está pendente a assinatura dos termos de aceitação das empreitadas de regeneração do Outeiro-Mondim da Beira e Caminho dos Monges (realizada em parceria com a Câmara Municipal de Lamego).

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou porque razão a Estradas de Portugal procedeu à limpeza e reparação da EN226, nos concelhos de Lamego e de Moimenta da Beira, e não o fez no concelho de Tarouca.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que já solicitou esclarecimentos sobre o assunto, aguardando resposta daquela entidade.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

- 1º aprovar a presente proposta;
- 2º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Regeneração da zona Ribeirinha da Ucanha - Fase 2." e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto);
- 3º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 130.957,96.

Estes valores são estimados com base em custos médios unitários de prestações do mesmo tipo em anteriores procedimentos e bem assim como, com base em preços atualizados de mercado;

- 4º abrir CONCURSO PÚBLICO para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 130.957,96, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo

19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);

5º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

6º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:

Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico;

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.

7º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 12 - PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO, NO LUGAR SENHOR DOS MATOSINHOS, EM CRAVAZ - REQ. ANABELA MARIA ASSUNÇÃO MARTINS AMORIM NASCIMENTO - PROPOSTA DE DECISÃO**

Presente o processo de operação de loteamento urbano com obras de urbanização, registado sob o n.º 238/2019, em que é requerente Anabela Maria Assunção Martins Amorim Nascimento, que incide sobre um prédio sito no lugar de Senhor de Matosinhos, Cravaz, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares.

Verificou-se que o processo vem acompanhado da proposta da **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE DECISÃO**

**PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

**REQ. ANABELA MARIA ASSUNÇÃO MARTINS AMORIM NASCIMENTO**

**LUGAR: SENHOR DOS MATOSINHOS - CRAVAZ**

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DA OP. DE LOTEAMENTO E OBRAS URBANIZAÇÃO**

Presente um requerimento, em nome de Anabela Maria Assunção Martins Amorim Nascimento, residente em Cravaz, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares, relativo ao pedido de licenciamento de alteração da operação de loteamento com obras de urbanização, sito no lugar de Senhor dos Matosinhos - Cravaz, União das freguesias de Tarouca e Dálvares.



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre a aprovação da operação de loteamento, nas condições das peças apresentadas e das Obras de Urbanização propostas pelo requerente, nos termos da informação técnica.

Tarouca, 2 de junho de 2020

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente operação de loteamento, nas condições das peças apresentadas e das Obras de Urbanização propostas pela requerente, nos termos da informação técnica.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

O Senhor Presidente da Câmara, por impedimento legal, retirou-se da reunião para a discussão do próximo assunto, passando a presidir o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

**PONTO 13 - PROCESSO N°77/2018 - LOTEAMENTO TITULADO PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO N°2/2019, NO LUGAR DA - REQUERENTE: VALDEMAR DE CARVALHO PEREIRA**

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE DECISÃO**

**PROCESSO N° 77/2018 - LOTEAMENTO TITULADO PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO N° 2/2019**

**REQUERENTE: VALDEMAR DE CARVALHO PEREIRA**

**LUGAR: QUINTA DA BOAVISTA, DÁLVARES**

No seguimento do pedido de realização de vistoria das obras de urbanização referentes ao loteamento supra identificado - requerimento n° 3727/20, proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere a recepção provisória das referidas obras, de acordo com o Auto de Vistoria constante do processo.

Tarouca, 09 de junho de 2020

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do auto de vistoria, datado de 07.05.2020.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira expôs resumidamente o assunto.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade homologar o presente auto de recepção provisória e autorizar a libertação de 90% (€ 163 590,35) da caução inicialmente apresentada, cujo montante total era de € 193. 131,30.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, o Senhor Presidente da Câmara regressou à reunião.

**PONTO 14 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**  
Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

**"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)**

**Período de 26.05.2020 a 15.06.2020**

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Liga dos Amigos de Santa Luzia de Vila Pouca Salzedas**

Total: € 395,23

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício sede.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Granja Nova**

Total: € 3.757,49

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Igreja Paroquial de Granja Nova.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

Total: € 127,92

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela de Santa Luzia em Gondomar-Tarouca.

❖ **Santa Casa da Misericórdia de Tarouca**

Total: € 879,42

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício da Instituição.

❖ **Junta de Freguesia de Salzedas**

Total: € 184,50

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício da antiga Casa do Povo - Salzedas.

Tarouca, 16 de junho de 2020

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 15 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número oitenta e três, de dezassete de junho corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 838.781,24 (oitocentos e trinta e oito mil e



FL. 031  
*[Handwritten signature]*

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

setecentos e oitenta e um euros e vinte e quatro cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 207.777,12 (duzentos e sete mil e setecentos e setenta e sete euros e doze cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

**PONTO 16 - PROPOSTA DE REGRAS EXCECIONAIS E TEMPORÁRIAS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATELIER DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS E ORIENTAÇÃO ESCOLAR "CRESCER A SORRIR", NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA DO COVID-19**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE REGRAS EXCECIONAIS E TEMPORÁRIAS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATELIÊ DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS E ORIENTAÇÃO ESCOLAR "CRESCER A SORRIR" NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA DO COVID-19**

A 11 de março de 2020, a COVID-19 foi considerada uma Pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Em Portugal, as medidas de Saúde Pública têm sido implementadas de acordo com as várias fases de preparação e resposta a situações epidémicas, por forma a diminuir a transmissão do vírus, prestar os cuidados de saúde adequados a todos os doentes e proteger a Saúde Pública.

A COVID-19 é uma doença causada pela infeção pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). A doença manifesta-se predominantemente por sintomas respiratórios, nomeadamente, febre, tosse e dificuldade respiratória, podendo também existir outros sintomas, entre os quais, odinofagia (dor de garganta), e dores musculares generalizadas.

Com base na evidência científica atual, este vírus transmite-se principalmente através de:

- Contacto direto: disseminação de gotículas respiratórias, produzidas quando uma pessoa infetada tosse, espirra ou fala, que podem ser inaladas ou pousar na boca, nariz ou olhos de pessoas que estão próximas.

- Contacto indireto: contacto das mãos com uma superfície ou objeto contaminado com SARS-CoV-2 e, em seguida, com a boca, nariz ou olhos.

É sabido que o risco de transmissão aumenta com a exposição a um número elevado de pessoas,

especialmente em ambientes fechados. Por isso, medidas adicionais devem ser tomadas para assegurar a minimização da transmissão da doença nestes contextos.

O Ateliê de Atividades Ocupacionais e Orientação Escolar "Crescer a Sorrir" visa, essencialmente, promover o desenvolvimento sócio intelectual e psicomotor das crianças e é também objetivo deste projeto, apoiar as famílias do Concelho de Tarouca, de acordo com as suas necessidades, através da disponibilização de um Ateliê de Atividades Ocupacionais e Orientação Escolar, a realizar-se nos períodos de interrupções letivas. O sucesso das medidas de Saúde Pública depende da colaboração de todos os cidadãos, das instituições e organizações, e da sociedade. Assim, nesta proposta adicionam-se regras importantes que irão auxiliar na prevenção e controlo da transmissão da COVID-19 no Ateliê, assim como os procedimentos a adotar perante um caso suspeito.

Assim, de acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde, propõe-se a alteração excecional e temporária, para o ano 2020, das normas dos artigos do Regulamento do Ateliê de Atividades Ocupacionais e Orientação Escolar "Crescer a Sorrir", a saber: o n.º 1 do art.º 3.º; n.º 1 e n.º 3 do artigo 5.º; n.º 2 do artigo 10.º; artigo 16.º e é acrescentado a alínea d) no artigo 7.º e a alínea e) e f) do n.º 1 do Artigo 8.º, por forma a atualizá-lo à realidade atual e às necessidades dos agregados familiares do concelho.

#### **"Artigo 1º**

##### **Âmbito**

1. [...]
2. [...]
3. [...]

#### **Artigo 2º**

##### **Objetivos**

1. [...]

#### **Artigo 3º**

##### **Universalidade**

1. Todas as crianças que frequentam o Pré-Escolar e 1.º Ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas Dr. José Leite Vasconcelos, no concelho de Tarouca e que não possuam retaguarda familiar que possa prestar



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

assistência ao menor, podem usufruir dos serviços prestados pelo Ateliê.

**Artigo 4º**  
**Serviços e Modalidades**

1. [...]
2. [...]
- a) [...]
- b) [...]
3. [...]

**Artigo 5º**  
**Local e horário de funcionamento**

1. O Ateliê decorrerá no Centro Escolar e/ou no Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro das 9:00 às 17:00 horas.
2. [...]
3. O acolhimento e recolha das crianças é efetuado de acordo com as orientações emanadas pela DGS e que constam no diploma que faz parte integrante deste documento.

**Artigo 6º**  
**Inscrições**

1. [...]
2. [...]
3. [...]

**Artigo 7º**  
**Critérios de Admissão**

1. A admissão das crianças no Ateliê só é efetuada:
  - a) [...]
  - b) [...]
  - c) [...]
  - d) Se o agregado familiar for constituído por trabalhadores por contra própria ou conta de outrem que estejam, comprovadamente, impossibilitados de prestar assistência ao menor e não tenham qualquer retaguarda familiar que o possa prestar.

**Artigo 8º**  
**Documentos**

1. No ato de inscrição é necessário preencher o formulário disponibilizado e apresentar os seguintes documentos:
  - a) [...]
  - b) [...]

- c) [...]
- d) [...]
- e) Declaração sob compromisso de honra que comprove a constituição do agregado familiar e que não possuem retaguarda familiar;
- f) Declaração da entidade empregadora, que comprove a situação laboral, horário de trabalho e regime de férias, para o período de inscrição nas atividades, de todos os que constituem o agregado familiar.

### **Artigo 9.º** **Comparticipações**

- 1. [...]

### **Artigo 10.º** **Da Segurança e da Saúde**

#### **1. Seguro**

- a) [...]
- b) [...]

#### **2. Saúde**

[...]

#### **Atuação perante um Caso Suspeito**

- 1. Perante a identificação de um caso suspeito, este deve ser encaminhado para a área de isolamento, pelos circuitos definidos no Plano de Contingência.
- 2. Os encarregados de educação do caso suspeito devem ser de imediato contactados para levar a criança e aconselhados a contactar o SNS 24 (808 24 24 24) ou outras linhas telefónicas criadas especificamente para o efeito. Este contacto, mediante autorização dos encarregados de educação, também poderá ser feito no Ateliê, devendo de seguida proceder de acordo com as indicações fornecidas.
- 3. Todos os encarregados de educação devem ser informados em caso de existência de um caso suspeito no estabelecimento.
- 4. A Autoridade de Saúde Local deve ser imediatamente informada do caso suspeito, bem como dos seus contactos, de forma a facilitar a aplicação de medidas de Saúde Pública aos contactos próximos. Para o efeito os estabelecimentos devem manter atualizados os contactos das Autoridades de Saúde territorialmente competentes.



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2020.06.18

5. Deve reforçar-se a limpeza e desinfecção das superfícies mais utilizadas pelo caso suspeito e da área de isolamento, nos termos da Orientação 014/2020 da DGS.

6. Os resíduos produzidos pelo caso suspeito devem ser acondicionados em duplo saco de plástico e resistentes, fechados com dois nós apertados, preferencialmente com um adesivo/atilha e devem ser colocados em contentores de resíduos coletivos após 24 horas da sua produção (nunca em ecopontos).

**Artigo 11.º**  
**Desconto Familiar**

1. [...]

**Artigo 12.º**  
**Prazo de Pagamento**

1. [...]
2. [...]
3. [...]

**Artigo 13.º**  
**Local do Pagamento**

1. [...]
2. [...]

**Artigo 14.º**  
**Comunicação de Desistência**

1. [...]
2. [...]
3. [...]

**Artigo 15.º**  
**Casos Omissos**

1. [...]

**Artigo 16.º**  
**Entrada em Vigor**

1. As presentes regras entram em vigor após aprovação pela Câmara Municipal de Tarouca.  
Paços do Município, 16 de junho de 2020

O Presidente da Câmara

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que a partir do dia seis de julho entrará em funcionamento o ATL, tendo sido necessário adaptar algumas regras previstas no regulamento atualmente em vigor, decorrente da situação de calamidade em que vivemos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea k) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, a presente proposta da 5ª alteração ao Regulamento do Ateliê de Atividades Ocupacionais e Orientação Escolar "Crescer a Sorrir", com início de produção de efeitos a partir da data da respetiva publicitação.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Sousa Teixeira Gomes*,  
Chefe de Divisão, a subscrevi.

